



# Biblioteca Informa nº 2.030

12 de outubro – 18 de outubro, 2008

## Destaques

- Fomento à Animação Brasileira
- Movimentação Financeira
- Obra Audiovisual Estrangeira

## Artigos

- Decisão do CADE Sinaliza nova Interpretação de Critério para Submissão de Atos de Concentração
- Por que Tantas Companhias Abertas estão Lançando Programas de Recompra de Ações?
- Os Exportadores de Serviços também podem Questionar a Incidência da CSLL e da CPMF Sobre Suas Receitas de Exportação

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

### – *Fomento à Animação Brasileira*

O Ministro da Cultura baixou a **Portaria nº 68/2008**, criando o Programa Nacional de Fomento à Animação Brasileira que tem como objetivos fomentar o desenvolvimento de ações de capacitação, produção, difusão e distribuição da animação brasileira no Brasil e no exterior (DOU - Seção I, de 13.10.2008).

### – *Movimentação Financeira*

O Secretário da Receita Federal do Brasil expediu a **Instrução Normativa nº 878/2008**, aprovando o programa e as instruções de preenchimento da Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira (Dimof) (DOU - Seção I, de 16.10.2008).

### – *Obra Audiovisual Estrangeira*

A Diretoria da Agência Nacional do Cinema - ANCINE expediu a **Instrução Normativa nº 79/2008**, regulamentando as condições de filmagem, gravação e captação de imagens em movimento, com ou sem som, para a produção de obra audiovisual estrangeira no território nacional (DOU - Seção I, de 16.10.2008).

Compilado para uso exclusivo dos integrantes do escritório. Cópias dos atos noticiados neste boletim podem ser solicitadas à Biblioteca. Orientação legal será dada exclusivamente pelos advogados – © 2008. Direitos autorais reservados a Pinheiro Neto Advogados.



# Biblioteca Informa

## nº 2.030

---

12 de outubro – 18 de outubro, 2008

---

### *Empresas Aéreas*

A Diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC baixou a **Resolução nº 57/2008**, regulamentando o processo de alocação de frequências internacionais e de designação de empresas aéreas regulares brasileiras (DOU - Seção I, de 13.10.2008).

### *FGTS*

A Caixa Econômica Federal expediu a **Circular nº 449/2008**, estabelecendo procedimentos referentes à retificação de informações e transferência de contas vinculadas, junto ao FGTS (DOU - Seção I, de 15.10.2008).

### *Recolhimento Compulsório*

O Banco Central divulgou as **Circulares nºs 3.410/2008, 3.411/2008 e 3.412/2008**, alterando respectivamente as regras relativas aos depósitos e recolhimentos compulsórios, aos quais estão sujeitas as instituições financeiras (DOU - Seção I, de 14.10.2008).

### **ATOS DO PODER JUDICIÁRIO**

#### *Execução - Cláusula Compromissória - Juízo Arbitral*

“Na espécie, empresas estrangeiras ajuizaram execução com base em título extrajudicial, em razão de terem adquirido o controle acionário de cooperativa agroindustrial e, no contrato, constava cláusula de ajuste de preço após auditoria a ser realizada. Essa auditoria revelou que o preço pago fora maior. Após, em aditivo contratual, repactuou-se o preço e a executada confessou-se devedora, mas nenhum dos pagamentos acordados foi efetuado. Ocorre que, anteriormente à execução, as recorridas (as empresas estrangeiras) valeram-se do juízo arbitral para solucionar a controvérsia dessa mesma relação jurídica. Por isso, apresentou a recorrente exceção de pré-executividade, sustentando que o início de uma arbitragem impede a execução do contrato (art. 267, VII, CPC e art. 22 da Lei n. 9.307/1996). O Tribunal *a quo* afastou a pré-executividade, considerando que o pedido perante o juízo arbitral não abrange o valor executado (diferença entre o preço originário da compra de ações com preço depois fixado). Note-se que, após a aquisição, descobriu-se passivo trabalhista e fiscal não revelado pela vendedora. Para a Min. Relatora, incide a Súm. n. 7-STJ na questão da diferença entre o objeto da execução e o da arbitragem. Mas, por outro lado, observa que o sistema



# Biblioteca Informa

## nº 2.030

---

12 de outubro – 18 de outubro, 2008

---

legal brasileiro revela a peculiaridade de admitir uma vasta gama de títulos executivos aptos a iniciar um juízo de execução forçada (art. 585, II, do CPC). Dessa forma, a inclusão de cláusula arbitral em documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas pode suscitar dúvidas sobre a permanência do caráter executivo do título. No entanto, entre outras afirmações, destaca que a solução não aponta para o caráter excludente desses institutos, mas, ao contrário, deve-se admitir que a cláusula compromissória pode conviver com a natureza executiva do título, algumas controvérsias oriundas de um contrato devem ser submetidas à arbitragem e outras não. Mas reconhece que existem procedimentos coercitivos diretos que o juízo arbitral não possui, que exigem procedimento judicial para execução forçada do direito reconhecido na sentença arbitral (*ex vi* arts. 22, § 4º, e 31 da Lei n. 9.307/1996, bem como art. 475-N, IV, do CPC). Também mencionou o art. 267, VII, do CPC, embora não se aplique à hipótese. Por fim, quanto à ocorrência dos honorários advocatícios em exceção de pré-executividade, explica que eles são devidos tanto na procedência quanto na improcedência, desde que, a última hipótese, tenha-se formado contraditório. Com esse entendimento, a Turma confirmou a decisão recorrida. Precedentes citados: REsp 899.703-MS, DJ 15/10/2007; REsp 373.835-RS, DJ 8/10/2007, e EREsp 756.001-RJ, DJ 11/10/2007” (REsp 944.917-SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 18/9/2008) (Informativo STJ 368, de 15 a 19.9.2008).



---

12 de outubro – 18 de outubro, 2008

---

### NOTÍCIAS DA FIRMA

#### *Chambers & Partners*

Foi publicado pela Chambers & Partners o anuário *Chambers Latin America*, que contém o resultado de pesquisas realizadas com representantes de diversas empresas sobre escritórios de advocacia da América Latina. **Pinheiro Neto Advogados** ocupa uma das melhores colocações entre os escritórios brasileiros, com 42 integrantes recomendados em diversas áreas de atuação.

#### *HNBA*

**Ana Carolina Aguiar Beneti** participará como palestrante do painel *Current State of International Commercial Arbitration in the Regions* no evento *Managing Business Disputes and Legal Risk in Latin America*, a se realizar no dia 23.10.2008, em Miami, organizado pela Juris Conferences e International Business Law Section do HNBA.

#### *Seminário Internacional*

Será realizado nos dias 27 e 28.10.2008, em São Paulo, o *VI Seminário Internacional sobre Remediação e Revitalização de Áreas Contaminadas*, organizado pelo Instituto Ekos Brasil e pela GTZ (Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit). **Luis Celso Cecilio Leite Ribeiro** participará como palestrante do evento.

#### *Licenciamento Ambiental*

Será realizado no dia 29.10.2008, em São Paulo, o seminário *Licenciamento Ambiental*, organizado pelo Canal Executivo. **Werner Grau Neto** será um dos palestrantes do evento.

#### *The World Media Law Report*

Foi publicado no *The World Media Law Report*, de 16.10.2008, artigo de autoria de **José Mauro D. Machado**, intitulado *Bill allowing unauthorized biographical works moves through Congress*.



# Biblioteca Informa

## nº 2.030

---

12 de outubro – 18 de outubro, 2008

---

### ARTIGOS NA WEB

*Decisão do CADE Sinaliza nova Interpretação de Critério para Submissão de Atos de Concentração*

por Cristianne Saccab Zazur, Lilian Barreira e Marcos Pajolla Garrido

**Anexo BI 2030**

*Por que Tantas Companhias Abertas estão Lançando Programas de Recompra de Ações?*

por Daniela P. Anversa Sampaio Doria

**Anexo BI 2030**

*Os Exportadores de Serviços Também Podem Questionar a Incidência da CSLL e da CPMF Sobre suas Receitas de Exportação*

por Mauro Berenholc e Antonio Carlos Fleischmann

**Anexo BI2030**

*Resolução nº 36, de 22.7.2008: fim da Participação da COTAC nos Processos de Exportação/Importação de Produtos Aeronáuticos*

por Adolpho Julio C. de Carvalho e Alberto Malta Campos Jr.

**Anexo BI 2029**

*O Fundo de Garantia para a Construção Naval - FGCN*

por Pedro Augusto L. S. da Cruz Nunes e Marcello Portes da Silveira Lobo

**Anexo BI2009**

*Medidas do Governo para Combater os Efeitos da Crise Financeira no Brasil*

por José Luiz Homem de Mello e Alexandre Betzios

**Anexo BI 2029**

*O Sucesso da Arbitragem Começa no Contrato – Cuidados ao Elaborar uma Cláusula Arbitral*

por Ana Carolina Aguiar Beneti

**Anexo BI 2028**

*Contratos de Consumo – Novas Regras*

por Maximilian Fierro Paschoal e Pedro Paulo Barradas Barata

**Anexo BI 2027**

*Os Riscos Tributários da Remuneração de Empregados por Planos de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)*

por Luiz Roberto Peroba Barbosa e Maria Teresa Leis Di Ciero

**Anexo BI 2026**

*Concessão de Aeroportos: Aspectos Jurídicos*

por Ricardo Pagliari Levy

**Anexo BI 2025**

---

Os artigos citados nesta página encontram-se no site [www.pinheironeto.com.br](http://www.pinheironeto.com.br) e são publicados em sistema de rodízio. À medida que os novos artigos são disponibilizados, os mais antigos são removidos, mantendo-se sempre 8 artigos em exibição: